

DOI: <https://doi.org/10.29184/anaisscfmc.v42025p46>

Saúde Mental no contexto escolar: uma análise da percepção dos docentes da rede municipal de Campos acerca das psicopatologias da infância

*Kamila da Silva Viana Moreira, Nathália Gomes de Alvarenga, Gabriel Cabral Fadul,
Sintilla Abreu Bastos Cartaxo e Leonardo Muniz Soares Dias Duarte*

RESUMO

Em 2023, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 53,7% das matrículas da educação especial, da educação infantil ao ensino médio, correspondiam a estudantes com deficiência intelectual, enquanto 35,9% referiam-se a alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. Entende-se por saúde mental infantil um fenômeno multidimensional, relacionado a condições que afetam o desenvolvimento emocional, cognitivo, comportamental e social da criança, nas quais se constrói, de forma simultânea, seu mundo interno e sua relação com o ambiente. Assim, torna-se inviável tratar a saúde mental infantil apenas em nível individual, sem considerar os fatores estruturais e contextuais que a atravessam — sendo a escola um dos principais espaços de impacto nesse processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo inicial comparar o conhecimento sobre saúde mental no contexto escolar, investigando a percepção de professoras da educação infantil em duas escolas municipais de Campos dos Goytacazes. A metodologia adotada foi quali-quantitativa, utilizando o modelo de grupo focal como estratégia central de coleta de dados, associado à aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários anônimos, realizados via *Google Form*, antes e depois do encontro. A proposta era avaliar o impacto de um momento dialógico na ampliação do conhecimento docente sobre saúde mental e as principais psicopatologias da infância. No entanto, durante os grupos focais, emergiram de forma espontânea e intensa relatos de exaustão, sofrimento emocional e descrença na efetividade da inclusão escolar. Muitas professoras expressaram sentir-se sozinhas, desamparadas institucionalmente e sobrecarregadas, relatando que as crianças atípicas frequentemente são vistas como um “obstáculo” à rotina da sala de aula — não por rejeição pessoal, mas pela falta de suporte e preparo adequado. O espaço tornou-se, assim, uma escuta sensível das dores e fragilidades dessas educadoras, revelando que todas as redes de apoio à criança (família, escola e serviços de saúde) se encontram, de certo modo, adoecidas. Diante do exposto, em uma amostra de 43 docentes, apenas 39,4% afirmaram receber suporte teórico sobre o tema. Em contrapartida, ao serem questionadas sobre os principais desafios no trato com a saúde mental em sala de aula, 48,8% apontaram a resistência dos responsáveis e 34,9% destacaram a falta de recursos e apoio institucional. Ademais, na primeira aplicação do questionário sobre a capacidade de identificar comportamentos típicos e atípicos na infância, 67,4% responderam que sim. Todavia, após a exposição de conteúdos diagnósticos e o debate promovido durante o encontro, esse percentual reduziu-se em 13,9%, o que evidencia a falta de informação consistente para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à saúde mental dos profissionais da educação e à criação de espaços formativos que articulem conhecimento técnico e cuidado emocional. Além disso, urge uma reavaliação crítica do modo como a inclusão escolar vem sendo conduzida nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Docentes. Educação Inclusiva.

Instituição de fomento: PIBIC/FMC.